



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 6 de novembro de 2024

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,11% São Paulo	129.713	R\$ 5,748 (-0,6%)	R\$ 1.412	R\$ 6,282	10,65%	11,19%	Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44
1,02% Nova York	130.660	Últimos					
	31/10 1/11 4/11 5/11	30/outubro 5,763 31/outubro 5,781 1º/novembro 5,869 4/novembro 5,783					

AJUSTE FISCAL

Lupi descarta corte em sua pasta

Segundo o ministro, que discutiu pacote com o Planalto, os gastos da Previdência são constitucionais

» VICTOR CORREIA
» FERNANDA STRICKLAND

José Cruz/Agência Brasil



O ministro Carlos Lupi participou de reunião, na Casa Civil, para discutir as medidas de contenção de gastos em análise no governo

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou ontem que o corte de gastos a ser anunciado pelo governo Lula não impactará sua pasta. Em conversa com jornalistas, ele ressaltou que as despesas da Previdência são constitucionais.

Lupi participou de reunião, ontem, no Planalto, com os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Esther Dweck (Gestão e Inovação) para discutir possíveis cortes de gastos. O governo está elaborando uma série de medidas que permitam o cumprimento do arcabouço fiscal e tem chamado os ministros para apresentar a situação fiscal do país.

“O Ministério da Previdência não tem o que cortar. As despesas são obrigatórias, são despesas constitucionais”, declarou. “Jamais um governo de cunho social iria tirar direito de quem tem direito”, disse. Lupi reforçou que, no caso da Previdência, o foco será o pente-fino que já vem sendo feito nos benefícios. “Essa é outra questão: acertar regras de quem recebe ilegalmente. Teve a pandemia e um afrouxamento de regras, pela necessidade da população. Teve um aumento enorme de pessoas que passaram a receber sem um critério mais justo”, declarou o ministro.

Segundo o ministro, “a discussão está na eficácia da administração pública, dar direito a quem tem direito, mas não deixar quem não tem direito e erradamente conseguiu permanecer com esse direito”. A expectativa é que o Palácio do Planalto divulgue as medidas ainda nesta semana, conforme a indicação do ministro da Fazenda Fernando Haddad.

Após a reunião com Lupi, houve outra, dessa vez com os ministros Camilo Santana (Educação),

Nísia Trindade (Saúde) e Luiz Marinho (Trabalho). Os três já haviam estado, na segunda-feira, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para tratar do assunto.

Mais uma reunião foi convocada para hoje, com a presença de quase todos os ministros. A reunião de hoje deve aprofundar a análise dos cortes e das estratégias para minimizar o impacto nos serviços oferecidos aos cidadãos.

A iniciativa faz parte do esforço de ajuste fiscal para reduzir o déficit das contas públicas e alocar os recursos de maneira mais eficiente.

Os integrantes do governo estão mantendo sigilo sobre o que está sendo discutido, sem falas à imprensa ou anúncios.

Proposta

A proposta da equipe econômica inclui a intenção de limitar algumas despesas obrigatórias a um crescimento de até 2,5% acima da inflação. Contudo, as despesas relacionadas à Previdência não devem ser incluídas nesse limite. O presidente Lula ainda está avaliando a possibilidade de incluir o Benefício de Prestação Continuada (BPC) nas novas diretrizes.

Além disso, há discussões sobre a possibilidade de aumentar a parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que será considerada para o cálculo do piso de gastos com educação. A equipe econômica também está analisando mudanças

no seguro-desemprego e no abono salarial do PIS/Pasep, como parte do pacote de cortes que estava previsto para ser anunciado após as eleições de outubro.

O tema é sensível, afinal. Por um lado, há pressão de investidores para que o pacote seja anunciado o mais cedo possível, garantindo o respeito ao arcabouço fiscal a partir do ano que vem. Por outro, há preocupação com o corte em áreas como educação, saúde e benefícios sociais, e também com o impacto de uma decisão impopular como essa no apoio ao governo federal.

Ministros como Camilo Santana e Luiz Marinho já repudiaram publicamente cortes em seus respectivos orçamentos. Outras pastas, porém, escaparam do ajuste. Ontem, o ministro

da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, defendeu em coletiva de imprensa que é preciso manter o equilíbrio das contas, mas negou ter sido contatado por Lula. “Até o momento, o Ministério da Agricultura não foi chamado a ter nenhum corte”, disse o ministro. Ele participou de cerimônia na sede da pasta para anunciar os novos uniformes para servidores da Defesa Agropecuária.

Lula é contra reduzir gastos com educação e saúde, mas a equipe econômica, liderada por Haddad, vem tentando convencer o presidente sobre a necessidade da medida. O ministro da Fazenda demonstra preocupação com o crescimento das despesas e afirma que, no ritmo atual, não será possível cumprir o arcabouço fiscal a partir de 2025.

EMPREGO

Trabalho infantil caiu 14,6% no país em 2023

Um estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aponta para a diminuição de 14,6% no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Brasil em 2023, comparado ao ano anterior. O levantamento revela que o número de jovens de 5 a 17 anos trabalhando caiu de 1,88 milhão, em 2022, para 1,6 milhão neste ano, refletindo o impacto de políticas e ações de fiscalização intensificadas ao longo do país.

De acordo com o relatório, intitulado *Diagnóstico Ligeiro do Trabalho Infantil* —Brasil, por Unidades da Federação, a queda foi observada em 23 das 27 unidades da Federação. O Amapá e o Rio Grande do Norte se destacam como os estados que mais reduziram o trabalho infantil, com uma queda de 51,6% no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho.

Acre (-43%), Santa Catarina (-31,8%) e Espírito Santo (-31,4%) também apresentaram resultados expressivos. Esses estados mostraram que políticas regionais adaptadas às particularidades locais podem ter um impacto direto na diminuição dessa prática.

Na contramão da maioria dos estados, Tocantins (45,2%), Distrito Federal (32,2%), Rio de Janeiro (19,7%), Amazonas (12%) e Piauí (6%) registraram aumento no trabalho infantil. A diferença regional, segundo o auditor-fiscal José Tadeu de Medeiros Lima, responsável pelo estudo, reflete as especificidades econômicas e sociais de cada localidade.

“Conhecer essas particularidades é essencial para a criação de estratégias regionais e locais, além de direcionar ações de fiscalização e políticas públicas específicas”, afirmou Lima.

Perspectiva

Apesar da redução significativa, o coordenador nacional de Fiscalização do Trabalho Infantil do MTE, Roberto Padilha Guimarães, considera os números alarmantes. “Ainda temos 1,6 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Brasil. Essa realidade exige que continuemos fortalecendo as políticas públicas de prevenção e combate ao trabalho infantil”, declarou.

Para enfrentar o problema, o MTE conta com uma estrutura extensa e abrangente. Além da Coordenação Nacional de Fiscalização do Trabalho Infantil, o ministério possui 27 Coordenações Regionais e o Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Infantil, que trabalha em conjunto com a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. As denúncias podem ser feitas através do Sistema Ipê Trabalho Infantil, canal que tem sido fundamental para identificar e agir sobre os casos.

Em termos absolutos, Minas Gerais e São Paulo são os estados com o maior número de menores em situação de trabalho infantil, contabilizando juntos 411.398 crianças e adolescentes. Esses dois estados representam aproximadamente 25% de todas as crianças e adolescentes nas piores formas de trabalho infantil no país. (FS)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco pede compromisso

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pediu aos parlamentares e ao setor produtivo um compromisso para que a reforma tributária seja finalizada até o fim deste ano. Líderes de partidos têm procurado o relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), na tentativa de negociar um adiamento na análise do texto para o ano que vem.

A expectativa do presidente é que a fase de regulamentação seja concluída com aprovação no início de dezembro. “Faço um apelo a toda a sociedade e ao setor produtivo: tenhamos esse compromisso de finalização da

reforma”, disse ontem durante o 2º Simpósio da Liberdade Econômica, em Brasília.

Ele afirmou que a reforma está longe de ser a ideal, “mas é a possível para colocar fim ao manicomio tributário”. “Corrigiremos, ao longo do tempo, outras discussões que possam ser geradas. O que não podemos permitir é colocar um obstáculo intransponível para a finalização da reforma”, reforçou.

O senador Izalci Lucas (PL-DF), relator do grupo de trabalho da reforma na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), voltou a criticar a urgência com que o projeto tem sido tratado. Ele usou seu tempo em plenário para defender que a regulamentação seja votada pela CAE, além

da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para ele, a tramitação na CAE é essencial. “A minha insistência de tramitar na CAE é porque é uma lei de regulamentação de emenda constitucional de suma importância. É um projeto, talvez, dos mais importantes dos últimos 30 anos, 40 anos”, disse. “Temos sérios problemas que precisam ser resolvidos. Acho que uma matéria de tamanha importância precisa realmente ser discutida e votada na Comissão de Assuntos Econômicos e depois encaminhada, consequentemente, à CCJ”, defendeu Izalci.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) também manifestou preocupação com

Pedro Gontijo/Senado Federal



Pacheco destacou que reforma deve ser concluída este ano

o tema em seu pronunciamento. Na avaliação do parlamentar, a proposta não simplifica o sistema tributário brasileiro. “O prazo de adaptação e de

transição previsto, que também é longo, vai envolver toda a sociedade brasileira. Essa reforma é um tiro no pé em termos de política”, afirmou.